

A desconstrução (dos limites) do “campo da saúde do trabalhador”

The deconstruction (of the limits) of the “field of the health of worker”

Diego de Oliveira Souza*

Resumo – Esse artigo possui o objetivo de refletir sobre os limites do “campo da saúde do trabalhador” (“saúde do trabalhador” ou apenas “campo”) na apreensão/intervenção da “questão da saúde dos trabalhadores” (ou apenas “questão”). A partir da revisão de bibliografia sobre a relação trabalho-saúde foram extraídas as informações pertinentes a essa pesquisa teórica, desenvolvida à luz da perspectiva marxiana/lukácsiana. Demonstramos que o “campo”, para se inserir na ciência estabelecida, reproduz a dinâmica geral dessa ciência, com sua estrutura fragmentária. A proposta original de cunho questionador dos teóricos e militantes da “saúde do trabalhador”, pouco em pouco, assume ares de campo científico, delimitando, com seu objeto de estudo, seu instrumental teórico-metodológico e seu paradigma. Com isso, a apreensão e transformação da “questão” pelo “campo” sempre é parcelar e insuficiente. Defendemos que é preciso a desconstrução (dos limites) do “campo” rumo a uma perspectiva da totalidade social, radicalmente oposta à ciência burguesa.

Palavras-chave: campo científico; marxismo; saúde do trabalhador.

Abstract – This article aims to reflect on the limits of the “field of the Health of Worker” (“Health of worker” or just “field”) in the apprehension/intervention on the “issue of the health of workers” (or just “issue”). From the literature review on the work-health relationship, the information was extracted for this theoretical research, developed in light of the Marxian/Lukacsian perspective. The “field”, to be inserted into established science, reproduces the general dynamics of this science with its fragmentary structure. The original proposal elaborated by the theoreticians and militants of the “Health of worker” assumes a character of scientific field, delimited, with its object of study, its theoretical-methodological instrument and its paradigm. The apprehension and transformation of the “issue” by the “field” is always piecemeal and insufficient. We argue that it is necessary to deconstruct the “field” (its limits) towards a perspective of social totality, radically opposed to bourgeois science.

Keywords: Scientific field. Marxism. Health of Worker.

* Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj. Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Ufal e do bacharelado em Enfermagem da Ufal – campus Arapiraca. E-mail: <enf_ufal_diego@hotmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-1103-5474>>.

Introdução

Na tese de doutorado *Saúde do(s) trabalhador(es): análise ontológica da “questão” e do “campo”* (SOUZA, 2016)¹ – defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) através de Doutorado Interinstitucional (Dinter) com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) – desenvolvemos uma pesquisa teórica a partir da categoria “questão da saúde dos trabalhadores”.

Essa categoria se consubstancia na relação entre trabalho e saúde no capitalismo e foi por nós apreendida a partir do referencial teórico marxiano-luckácsiano, sobretudo na discussão sobre a categoria trabalho, em diálogo com a produção científica que versa sobre “saúde do trabalhador”. Nessa produção, destacamos as contribuições italianas das décadas de 1960-1970 (BERLINGUER, 1983) e as latino-americanas das décadas de 1980-1990 e início dos anos 2000 (TAMBELLINI et al., 1986; LAURELL; NORIEGA, 1989; MENDES; DIAS, 1991; MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997; MINAYO-GOMEZ; LACAZ, 1997; MINAYO-GOMEZ, 2011; VASCONCELLOS, 2011).

Com a expressão “questão da saúde dos trabalhadores” (daqui em diante, apenas “questão”) queremos designar o processo saúde-doença da classe trabalhadora colocado em questão, demonstrando quais os seus fundamentos ontológicos e quais as respostas sociais que suscita. Assim, a “questão” corresponde a um processo social objetivamente existente (portanto, que independe da existência de qualquer campo científico e/ou político-institucional) surgido em meio a uma contradição tipicamente capitalista: não existe capital sem trabalho, pois ele (o capital) só é produzido/reproduzido por meio da exploração do trabalho, com a consequente degradação da saúde dos trabalhadores; assim, ao degradar a saúde da classe trabalhadora, o capital degrada aquilo do que depende a sua existência. A “questão” comparece no processo enquanto manifestação particular desse antagonismo entre capital e trabalho (SOUZA, 2016).

De antemão, convém diferenciar a “questão” em relação ao que tem sido chamado de “campo da saúde do trabalhador” (“saúde do trabalhador” ou, ainda, como chamaremos a partir daqui, “campo”²), porquanto seja comum a referência à “questão” como algo que se restringe ao “campo”. Isto é, pode-se (re)cair no erro de conferir identidade absoluta entre eles, como se a “questão” se limitasse a um questionamento sobre o “campo”. Todavia, a “questão” extrapola os limites de qualquer campo científico, ainda que ela seja considerada, de maneira paradigmática, objeto de estudo e intervenção de algum outro campo.

¹ Tese orientada pela Profª. Doutora Ana Inês Simões Cardoso de Melo – PPGSS/Uerj e coorientada pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos – DISH/Fiocruz. Deixamos, aqui, nossos agradecimentos pela contribuição que ambos deram na elaboração da tese e dos produtos que dela se desdobram.

² O termo “campo” entre aspas será utilizado, sempre, para designar o “campo da saúde do trabalhador”. Sem aspas, o termo será empregado de modo genérico ou quando se faz referência a qualquer outro campo científico.

No caso do “campo”, ele surge a partir da “questão” a fim de entendê-la e transformá-la, consubstanciando uma nova área científica (e político-institucional). Nessa medida, ele também passa a compor a “questão”, enquanto resposta social que ela demanda. Constitui-se uma relação orgânica, mas nunca de absoluta identidade. Também, ao se constituir um novo campo, estabelecem-se rígidos limites (fronteiras) para a investigação e intervenção dos pesquisadores, técnicos e militantes sobre a “questão”, ainda que em um movimento dialético de avanços possíveis ante a antigos campos (a exemplo da medicina do trabalho e saúde ocupacional). Diante disso, o objetivo desse artigo consiste em refletir sobre os limites científicos do “campo” na apreensão da “questão”.

Como parte da referida tese de doutorado, o artigo, metodologicamente, possui caráter teórico, uma vez que propõe a (re)formulação teórica a respeito de um determinado processo social. A pesquisa bibliográfica comparece como procedimento técnico que reuniu os textos necessários ao debate aqui proposto. Além das referências da “saúde do trabalhador” já mencionadas, merece destacar o diálogo (crítico) estabelecido com a categoria campo de Bourdieu (1976; 1978) e paradigma, de Kuhn (1978), contrapostos pela perspectiva da totalidade social presente na abordagem de Marx, segundo Lukács (2012).

“O campo da saúde do trabalhador”: construindo (os seus limites)

Inicialmente, é necessário esclarecer que o “campo da saúde do trabalhador” distingue-se dos tradicionais campos da medicina do trabalho e da saúde ocupacional, embora seja fruto da incorporação/superação destes. Vasconcellos (2011) ressalta que as diferenças entre medicina do trabalho, saúde ocupacional e “saúde do trabalhador” não são meramente semânticas, mas possuem determinações históricas concretas bem específicas, inclusive com posições ideológicas distintas.

Consoante apontam Mendes e Dias (1991), a Medicina do Trabalho surgiu na Inglaterra do século XIX, em meio à Revolução Industrial, para suprir demandas bem específicas, tais como: o controle direto da força de trabalho, a diminuição do prejuízo gerado pelo absenteísmo por motivo de doença e a seleção de força de trabalho menos propensa ao adoecimento. Isto é, surge como proposta do capital para a intervenção na “questão”, na tentativa de remediar o irremediável antagonismo consubstanciado na “questão”.

Nesse mesmo sentido, Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) destacam que, na lógica da medicina do trabalho, o adoecimento do trabalhador é visto pela unicausalidade, ou seja, para cada doença ou acidente, um risco ou agente etiológico. Nessa perspectiva simplista, esse campo científico se desenvolve centrado na figura do médico, com a tarefa de

atuar nas consequências da relação trabalho-saúde. Além disso, consoante Berlinguer (1983), do ponto de vista ideopolítico, também se constata o caráter pró-capital, tomando o trabalhador como objeto de intervenção e mera engrenagem da produção.

No período Pós-Segunda Guerra Mundial, a atenção à saúde dos trabalhadores constituída exclusivamente da figura do médico se mostrou insuficiente para as novas demandas, o que exigiu a incorporação de novas disciplinas científicas e profissões, marcando o surgimento da saúde ocupacional (TAMBELLINI et al., 1986). Para Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), esse novo campo traz a proposta da interdisciplinaridade e preocupa-se com os vários fatores de risco do ambiente, mas ainda mantém a essência do referencial da medicina do trabalho, confina-se nas relações estabelecidas no âmbito privado e alija os trabalhadores do processo, tomados como objetos de intervenção.

Ao contrário desses dois modelos, a proposta do “campo”, oriunda das lutas sociais dos próprios trabalhadores, propõe ir além do âmbito contratualista estabelecido entre patrão e empregado e, principalmente, romper com a delegação da saúde ao capital (ou aos técnicos a seu serviço). Até mesmo porque o “campo” surge a partir da contestação desses modelos tradicionais, originalmente feita pelo movimento operário italiano, mas também, posteriormente, incorporando contribuições da medicina social latino-americana.

Constata-se que a incorporação da concepção de não delegação da saúde é o ato de o trabalhador não delegar, seja ao empresariado, seja ao profissional de saúde, a autoridade sobre seu processo saúde-doença. Assim como em consequência da não delegação, a incorporação do saber operário, como protagonista, sobre as relações trabalho-saúde, constitui o eixo teórico-prático do novo “campo” (princípios estes oriundos da experiência italiana). A principal implicação desta condição será a elevação do trabalhador a sujeito ativo do processo, em contraposição à sua passividade no modelo de medicina do trabalho/saúde ocupacional (LAURELL; NORIEGA, 1989; MINAYO-GOMEZ; LACAZ, 2005).

Diante de tudo isso, a construção (ainda em andamento) do “campo da saúde do trabalhador” expressa uma tentativa de produzir um tipo de conhecimento que, além de ser dos trabalhadores, seja para os trabalhadores. Isto implica outra tentativa: a de apreensão do processo saúde-doença dos trabalhadores (e das relações trabalho-saúde como um todo) como uma “questão” integral, o que requer desconstruir os limites rígidos de um campo pertencente à ciência vigente, constituindo-se num paradoxo ante a dinâmica inerente ao referido processo de construção, por dentro desta ciência.

Desse modo, a tentativa de construção do “campo” é limitada à lógica imanente de uma determinada divisão científica, o que implica a apreensão parcial da “questão”. Assim como a apreensão da “questão” pelo

“campo” é parcial, a crítica feita por este à ciência do capital (e ao próprio capital) é limitada, em grande medida, por sua condição de fazê-la por dentro da divisão científica (e da divisão do trabalho) imposta pelo próprio capital – ou seja, enquanto um campo científico. Especificamente sobre os limites da seara científica, trataremos a seguir.

O campo científico: limitação para a apreensão da “questão” em sua “totalidade”

Bourdieu (1976) desenvolve uma análise sobre a ciência oficial tendo em vista a dinâmica universal do capitalismo. Em linhas gerais, ele constata que a lógica de acumulação – estabelecida mediante concorrência – é reproduzida no interior dos campos científicos. Para tanto, este autor aplica os fundamentos de sua teoria social para o caso específico da ciência, apreendida por meio de seus recortes singulares, por ele denominados de campos científicos³.

Convém observar que a teoria social de Bourdieu (1976) se notabilizou pela sua concepção peculiar da categoria capital, com suas formas variantes – capital econômico, capital social, capital cultural e capital simbólico –, por meio da qual ele fundamenta a explicação de campo, ao passo que este, concomitantemente, complementa a concepção de capital. Portanto, capital e campo são categorias indissociáveis na teoria de Bourdieu (1976).

Para esse autor, capital corresponde ao acúmulo de recursos (materiais ou não) que propiciam o poder dos seus possuidores sobre os não possuidores, implicando posição privilegiada dentro de determinados espaços. Tais espaços são, genericamente, chamados de campos, com natureza heterogênea: esferas econômica, política, escolar, familiar etc. Diante disso, o capital pode se manifestar de diferentes formas, a depender do tipo de força acumulada e da natureza do campo.

No caso da ciência, Bourdieu (1976) problematiza a dinâmica dos campos científicos, concebendo-os como espaços de relações objetivas entre sujeitos com posições adquiridas em lutas anteriores. O campo científico se configura em um espaço objetivo no (e do) qual é suscitado um conjunto de questões científicas. Sobre esse espaço os pesquisadores divergem e, portanto, competem para conferir legitimidade às respostas que propõem, implicando, inclusive, que os seus opositores as aceitem. Da competição se origina a autoridade científica do polo vencedor, autoridade esta que só possui legitimidade considerando-se a rede de relações

³ Para Bourdieu (1976), no sentido genérico, pode-se compreender o campo científico como o conjunto do espaço social ocupado pela ciência. Porém, considerando a divisão científica moderna, ele também utiliza o termo campo científico no sentido mais restrito, designando as várias áreas de conhecimento oriundas desta divisão.

instituídas por pesquisadores que possuem problemas de pesquisa em comum.

No interior do campo da ciência desenvolve-se um tipo específico de luta, movido pela obtenção do monopólio da competência científica, colocando aqueles que a conquistam em uma posição de dominação na rede de relações estabelecida por aquele delimitado grupo de cientistas. Trata-se, segundo o pensamento de Bourdieu (1976, p. 6 – grifo no original), de um processo de acumulação de capital científico, “[...] espécie particular de *capital social*⁴ que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital [...]”.

A competição desenvolvida no campo científico implica diferentes posições a respeito de um conjunto de questões comuns, bem delimitadas e, por conseguinte, de natureza distinta em relação aos outros campos científicos. É importante observar, assim, que o campo científico põe limites em relação às questões que devem ser respondidas, apesar de aceitar posições diferentes sobre as respostas, desde que obedecendo a uma lógica geral apriorística. O campo recorre à sua lógica imanente para julgar seus méritos; faz uso dos parâmetros produzidos por ele mesmo para julgar a validade das descobertas dos pesquisadores que o compõem. Há, portanto, uma definição prévia de ciência que determina o que pesquisar, como pesquisar e quais respostas aceitar, sob pena de perda, consoante Bourdieu (1976), de lucro material e/ou simbólico para os pesquisadores que afrontem estas determinações.

Nas palavras de Bourdieu (1976, p. 18),

[...] a invenção segundo uma arte de inventar já inventada, que, resolvendo os problemas susceptíveis de serem colocados nos limites da problemática estabelecida [...] tende a fazer esquecer que ela só resolve os problemas que pode colocar ou só coloca os problemas que pode resolver.

Ou seja, trata-se de uma ciência que se sustenta nela mesma, não aceita passar pelo crivo de parâmetros que não sejam os seus e, desse modo, não permite o alcance de problemas que, apesar de terem uma importância concreta, escapam às suas possibilidades. O campo científico, nestas condições, obedece a uma lógica hermética que o impede de problematizar a realidade na sua totalidade, porquanto os problemas daí suscitados não são convenientes à competição por aquilo que Bourdieu (1976) chama de capital científico.

Em alguma medida, a discussão feita por Bourdieu (1976) se aproxima da concepção de paradigma de Thomas Kuhn (1978). Para este

⁴ “O capital social é o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados ao poder em uma rede consolidada, de convivência mais ou menos institucionalizada; ou, em outras palavras, refere-se à participação em um grupo que, além de representar um conjunto de agentes com propriedades comuns [...], também estão unidos por relações permanentes e úteis.” (BOURDIEU, 1978, p. 2).

autor, a ciência normal se estabelece mediante a adoção de um paradigma por parte da comunidade científica; ou seja, respostas ou soluções exemplares (modelos a serem seguidos) para os problemas considerados científicos e que, por conta disto, orientam os pesquisadores na resolução de novos problemas (KUHN, 1978).

Observemos que a ciência normal equivale ao que Bourdieu (1976) designa de ciência oficial, consolidada pela instituição de um paradigma, o que é representativo do monopólio da competência científica, nos termos de Bourdieu (1976). Assim, na perspectiva de Kuhn (1978), a ciência normal tende a encaixar a realidade nos critérios do paradigma, modelando novos problemas científicos segundo as respostas exemplares. Como já vimos, Bourdieu (1976) também aponta que a invenção de uma arte de inventar já inventada só coloca questões elaboradas segundo seus critérios, os mesmos que são utilizados para descobrir as respostas.

Para Kuhn (1978), a ciência apresenta um padrão de desenvolvimento no qual se alternam períodos de ciência normal (estabelecimento de um paradigma) e de ciência extraordinária, consubstanciada por uma revolução científica aberta pela crise do paradigma. Esse padrão apresenta uma natureza cíclica que coloca as revoluções como inevitáveis e intrínsecas ao processo, uma vez que o desenvolvimento do paradigma estabelece critérios cada vez mais rigorosos, sofisticados e precisos que, por conta disto, acabam detectando inconsistências e equívocos do próprio paradigma, desencadeando as crises.

Nesse quesito, Bourdieu se opõe a Kuhn, porquanto julga que o processo descrito por este último possui caráter mecânico. Bourdieu (1976) contesta a natureza cíclica e mecânica da ciência, concebendo-a de forma dinâmica, em um processo no qual as revoluções científicas dependem do *quantum* de capital científico acumulado e do caráter e direcionamento dos conflitos externos e internos do(s) campo(s) científico(s). Vale destacar que, para este autor, o fato de os dominados e/ou novatos de um campo serem opositores dos detentores do monopólio da competência científica não implica necessariamente a contestação dos fundamentos gerais do campo (ou do paradigma – na linguagem de Kuhn); em vez disso, eles podem vislumbrar, apenas, a mudança de posição na estrutura hierárquica do campo, o que pressupõe a manutenção e a reprodução dos métodos e valores científicos já estabelecidos.

Para Bourdieu (1976), portanto, estabelecem-se relações objetivas de adversários cúmplices que reproduzem o campo científico, no seu conjunto. Isto não implica, em absoluto, a impossibilidade de uma redefinição dos pressupostos científicos instituídos, mas apenas que esta redefinição depende de uma série de fatores e circunstâncias (internos ou externos ao campo). Portanto, a ciência não se desenvolveria segundo um padrão de alternância fundado na evolução imanente do paradigma, mas na síntese de conflitos que são perpetrados por elementos internos e externos ao campo.

Com base nisso, constatamos que, na teoria de Bourdieu, seja para sucessão, seja para subversão, as estratégias estão sob a determinação do campo científico (e do capital científico). Isso pressupõe uma estrutura hermética dos campos, mas no sentido de não se submeterem ao crivo de parâmetros de outros paradigmas e/ou de outros campos (exceto nas crises), e não no sentido de estarem imunes a conflitos e a transformações sociais. Por conta desta estrutura hermética é que o “campo da saúde do trabalhador” (enquanto campo científico) não consegue superar algumas insuficiências na apreensão da “questão”. A possibilidade de o “campo”, cientificamente, apreender as relações trabalho-saúde na sua integralidade depende da sua desconstrução enquanto campo (enquanto espaço fechado), no sentido da ruptura com o modelo vigente de ciência, que fragmenta a realidade e a produção de conhecimento.

Quando se menciona a existência de um campo em construção, vai-se no sentido de se aproximar de um genuíno espaço científico hermético. Portanto, quando Tambellini et al. (1986) e Minayo-Gomez (2011) advogam a necessidade de um campo mais amplo do que a própria “saúde do trabalhador” (o campo das relações trabalho-saúde), o fazem com significados diferentes, mas não necessariamente equivocados. O significado apontado por Tambellini et al. (1986) é de uma ruptura com a fragmentação científica, ainda que eles usem o termo campo para designar algo mais amplo e posterior à “saúde do trabalhador”. O significado apontado por Minayo-Gomez (2011) é o da existência de um campo em construção (a “saúde do trabalhador”) e de outro que engloba o primeiro (enquanto ele for uma proposta sem coesão), mas que é campo no sentido mesmo de espaço hermético.

Os autores apontam significados diferentes e ambos corretos, pois tanto é verdade que o “campo” é limitado quanto que não tem coesão. Contudo, Minayo-Gomez (2011) não avança para uma posição de ruptura radical, conforme Tambellini et al. (1986) fazem. O fato de ele constatar a falta de coesão do “campo” e, com isso, demonstrar que outro campo, mais amplo, comparece para supri-la, consiste numa etapa da análise. A etapa seguinte seria a de demonstrar que o “campo” possui uma natureza limitada, embora consiga avanços – o que significa que Minayo-Gomez (2011) não está equivocado por apontar a falta de coesão do “campo”, mas por realizar uma análise parcelar. Por conseguinte, este autor apenas observa uma das facetas do avanço do processo de construção do “campo”, mas não a desconstrução (de seus limites) enquanto espaço hermético, o que implicaria aproveitar as suas contribuições teórico-práticas, de postura contra-hegemônica, mas também, e sobretudo, romper com os limites que as confinam. No caso de Tambellini et al. (1986), constatamos a presença dessa segunda perspectiva, mesmo utilizando o termo campo.

Com efeito, a discussão sobre a construção do “campo”, sua inserção na ciência e a definição de seu instrumental teórico-metodológico se

faz viva entre os seus teóricos pioneiros, a exemplo de Minayo-Gomez (2011) e Tambellini et al. (1986). Em geral, a discussão vai na direção da “construção do campo da saúde do trabalhador”⁵ e, mais recentemente, a perspectiva de Bourdieu tem comparecido no debate (MINAYO-GOMEZ, 2011).

Apesar de essa perspectiva trazer contribuições à análise, algumas ressalvas críticas em relação à argumentação de Bourdieu (1978; 1978), em especial quanto ao uso generalizado da categoria capital, podem contribuir na análise do próprio “campo” em sua relação científica com a “questão”. O confronto dela com a perspectiva de ciência de Marx (1988a; 1988b) oferece os fundamentos para a crítica ao próprio Bourdieu e, de algum modo, à teoria de Kuhn (1978), aproximando-nos de uma abordagem que considera a totalidade social, conforme apresentado a seguir.

A perspectiva da totalidade social: bases para a ruptura dos limites do “campo”

Marx (1988a; 1988b) esclarece que o capital representa uma relação social de antagonismo entre duas classes sociais, consubstanciado na esfera da produção, tendo, assim, caráter econômico. O capital, na acepção marxiana, explica-se pela teoria do valor, quando da subsunção do trabalho à produção de valores de troca que satisfazem as necessidades do mercado e, portanto, do próprio capital. Ademais, o capital, além de ser produzido (mediante a exploração do proletariado), precisa se reproduzir, o que exige a universalização de sua lógica em todas as esferas da vida (política, educação, arte, filosofia, ciência etc.), garantindo que as relações sociais de produção sejam legitimadas ideologicamente.

O fato de o capital dominar, também, a esfera da reprodução não implica que toda forma de dominação (ou, ainda, que todo produto de uma competição) seja indiscriminadamente reconhecida como capital, tal como coloca Bourdieu (1978). Para Marx (1988b, p. 252),

a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. [...] um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Sempre que utiliza a categoria capital, Marx está se referindo à esfera produtiva. Quanto às outras dimensões da vida, nas quais, obviamente, também se estabelecem conflitos, tanto Marx quanto a maioria dos

⁵ Alusão ao título do artigo de Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), *A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas*.

marxistas tratam com categorias como superestrutura, ideologia e hegemonia.

Assim, a teoria marxiana não ignora os diversos tipos de dominação que se estabelecem no capitalismo, porém reconhece a prioridade da questão de classe para explicá-los, assim como reconhece a centralidade da esfera econômica em relação às demais. Diante disso, a generalização da categoria capital que faz Bourdieu não só abandona a concepção marxiana, como compromete a compreensão do antagonismo sobre o qual se funda a sociedade, diluindo ou, ao menos, dificultando a apreensão do que sejam as classes sociais.

Quando Bourdieu (1978) propõe formas de capital que se engendram (e que podem ser acumuladas) a partir de conflitos não econômicos (sociais, culturais etc.), ele confere a estes conflitos um *status* igual ao do antagonismo entre capital e trabalho. Contudo, este antagonismo não pode ser concebido como um mero conflito passível de conciliação ou de caráter fugaz (como, em alguns casos – mas não em todos – podem ser os demais conflitos do capitalismo). Ao contrário, expressa uma contradição irremediável e permanente sob a égide capitalista, porquanto a existência do capital depende da contínua exploração dos trabalhadores, ao passo que para estes interessa emancipar-se do capital.

É preciso, portanto, considerar que a sociedade capitalista é repleta de conflitos de diversas ordens, que resultam em posições de poder em várias instâncias da vida, mas que estão subordinados a uma contradição máxima, irremediável: o antagonismo entre capital e trabalho. Caso a proposição de Bourdieu (1978) seja verdade, os indivíduos poderiam acumular capital simbólico, social ou cultural sem serem possuidores de um *quantum* sequer de meios de produção, nem empregar um trabalhador que seja, mas apenas sendo hegemônicos em alguma dimensão ideológica.

Ao se fazer essa generalização: 1) o capital passa a ser tudo e, ao mesmo tempo, nada; 2) a relação-capital deixa de expressar a relação entre duas classes sociais antagonicas para representar relações entre moradores de um bairro, membros de uma família, cientistas de um mesmo campo etc.; 3) o capital deixa de apresentar um caráter destruidor e passa a representar relações que, apesar de desiguais, possuem algum grau de solidariedade, como no estabelecimento das redes, como pressupõe a concepção de capital social – a exemplo do campo científico, que é constituído por adversários cúmplices; 4) o capitalismo passa a ser uma sociedade fundada em relações de dominação as mais diversas (com o mesmo *status*), e não em relações sociais de produção (cujo cerne está na exploração do trabalho).

É preciso cautela com as categorias teóricas, de modo a explicar a realidade, e não a confundi-la. É extremamente válido considerar o caráter competitivo e hermético dos campos científicos, tendo em vista que estes se inscrevem na dinâmica capitalista; porém, não se pode fazer isto ao ponto de as competições específicas do campo científico tomarem a centra-

lidade das relações sociais de produção e concederem ao capital um caráter indiscriminado.

Apesar disso, a proposição feita por Bourdieu (1976) a respeito do caráter hermético dos campos científicos é pertinente para demonstrar que o "campo" trata das relações trabalho-saúde de forma insuficiente. Mas apenas a ruptura com a ciência burguesa pode superar as limitações das formulações até então realizadas pelo "campo", e isso requer a exata apreensão do antagonismo entre capital e trabalho e sua relação com outras formas de contradição.

Nesse ínterim, a perspectiva marxiana prioriza a totalidade como o pano de fundo de qualquer abstração singular, por mais específica que seja, o que põe um caminho metodológico distinto do adotado pela ciência moderna (e pós-moderna). Marx (1988a; 1988b) demonstra a aplicação de tal método ao analisar as diversas leis que regem o capital (considerando o antagonismo primordial entre capital e trabalho), mas sempre as abstraíndo sem desconectá-las da totalidade. Para Lukács (2012, p. 381),

Se considerarmos abstratamente setores isolados, chegaremos a uma complexa contraposição entre aumento e decréscimo na capacidade de observação, de modo que todo progresso singular numa área será acompanhado por retrocessos simultâneos em outra área. [...] momentos singulares – muitas vezes, todavia, importantes – são amplificados em critérios únicos da totalidade do processo; que, no entanto, permanecem como seus momentos singulares.

A análise do momento singular, de modo isolado, resulta em uma regressão contínua em relação à totalidade, podendo implicar mistificações a respeito do objeto investigado, conferindo caráter transversal a algo que é histórico ou limitando-se à esfera das aparências, por exemplo. Os campos científicos caem justamente neste equívoco, porquanto isolam um território, analisando-o por uma lógica endógena, restrita ao paradigma instalado. Apesar de Bourdieu apreender tal caráter, é Lukács, após Marx, quem consegue fazer a crítica precisa e objetiva do caráter hermético (que é, ao mesmo tempo, imediatista) da ciência vigente, uma vez que aponta para outro horizonte, pautado pela totalidade complexa e histórica.

Isso requer, portanto, uma ciência de caráter ontológico (preocupada, sobremaneira, com as questões do ser). Obviamente, diante do predomínio de outro padrão científico, um ponto de partida para uma abordagem ontológica é fazer a crítica das concepções vigentes. Tal tarefa (a da crítica) pode ser realizada, embora sem plenitude, por dentro dos campos científicos, o que constatamos no "campo da saúde do trabalhador" em relação à medicina do trabalho e à saúde ocupacional. Contudo, a crítica por dentro é insuficiente e logo esbarra nos limites impostos pela natureza de um campo da ciência vigente. O resultado mais importante a que um campo, que se coloque crítico à ciência da qual ele mesmo faz

parte, pode chegar é a necessidade de ascender a um padrão científico que desconstrua seus limites, incorporando dialeticamente suas contribuições, mas apontando para uma ruptura. Assim,

[...] seu [de Marx] espírito científico passou pela filosofia e jamais a abandonou, de modo que toda verificação de um fato e toda apreensão de um nexos, não simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata; ao contrário, partem daí para ir além, para investigar ininterruptamente toda factualidade na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica. (LUKÁCS, 2012, p. 292-3).

Se a crítica factual, embora seja importante, não é suficiente, a mera manipulação da realidade empírica não alcança sequer o âmbito dos questionamentos a respeito do estado das coisas, inclusive na sua manifestação empírica. “Só no empirismo que nasce sobre uma base positivista ou mesmo neopositivista é que essa ontologia ingênua, acrítica, desaparece para dar lugar a categorias manipulatórias construídas abstratamente” (LUKÁCS, 2012, p. 292). Tal direção – a de manipulação abstrata de dados empíricos – é a tomada pela ciência vigente, como observamos, por exemplo, no caso das investigações e das práticas propostas pelos campos da medicina do trabalho e da saúde ocupacional, extremamente mergulhados na interação risco-limite de tolerância. O “campo da saúde do trabalhador”, fazendo a crítica a estes últimos, consegue avançar, tangenciar a totalidade; mas enquanto se mantém campo, esbarra na sua própria dinâmica, sendo impelido a utilizar, por vezes, fundamentos científicos dos velhos paradigmas.

A ciência vigente finca-se na organização do mundo fenomênico (empírico) sob uma lógica que é definida pelo próprio sujeito. Uma vez que se mudou o processo de trabalho (direcionado, a partir do capitalismo, à acumulação de riqueza), o homem precisou aprofundar seus conhecimentos sobre as qualidades da natureza, formulando novos saberes. A partir daí, aquela concepção de um mundo estático e imutável – das sociedades anteriores – se dissolve, dando lugar a um mundo dinâmico, passível de ser transformado pela ação humana. O homem passa a se ver numa posição ativa ante o mundo, precisando produzir um saber que permita transformá-lo (TONET, 2013).

Essa condição gera, porém, de um lado, uma grande insegurança para o homem, em face de um mundo totalmente novo, dinâmico e complexo; e, de outro lado, possibilita que o sujeito tenha posição ativa para dar-lhe uma ordem mínima que seja. Mas se não se pode negar que o sujeito cognoscente (ou histórico em geral) é ativo no processo e, portanto, capaz de transformar os objetos (o que a ciência vigente ajudou a revelar, refutando velhos paradigmas metafísicos), tampouco se pode atribuir ao sujeito o poder de estabelecer idealmente, a seu bel-prazer, uma ordem

aos objetos, como se estes não fossem portadores de uma existência autônoma, logo, objetiva. A ciência surgida com o capitalismo corresponde ao gnosiologismo (ponto de vista gnosiológico), que sai de um extremo (da concepção de sujeito passivo ante o mundo) para outro, no qual a realidade se limita à aparência, organizada subjetivamente (LUKÁCS, 2012; TONET, 2013).

Contrariamente ao ponto de vista (abordagem) ontológico, o ponto de vista gnosiológico é “[...] a abordagem de qualquer objeto a ser conhecido que tem como eixo o sujeito. [...] Enfatiza-se [...] especialmente, o fato de que ele [o sujeito] é que constrói (teoricamente) o objeto” (TONET, 2013, p. 13). Também é preciso esclarecer que o ponto de vista gnosiológico não é o mesmo que gnosiologia: “Como se sabe, gnosiologia é o estudo da problemática do conhecimento. Nesse caso, portanto, o conhecimento é o objeto a ser estudado, [que] pode ser abordado de um ponto de vista gnosiológico ou de um ponto de vista ontológico” (TONET, 2013, p. 12).

Com esse referencial, é necessária uma divisão científica da realidade em territórios, em áreas, enfim, em campos de investigação/intervenção que levam em conta critérios subjetivistas apoiados, quase sempre, na evidência empírica. Nesse sentido, os campos se constituem em espaços fechados porque se apoiam sob um ponto de vista gnosiológico, que ignora a categoria essência, determinando, por exemplo, o fato de que a saúde dos trabalhadores seja estudada por cientistas da saúde ocupacional, com pouca ou nenhuma interferência de outros campos (filosofia, sociologia, direito, ciência política etc.). Os objetos, segundo esta lógica, são fragmentos da realidade, e os campos se apropriam deles como algo que deve permanecer confinado aos seus limites, livre das interferências alheias que possam ameaçar a legitimidade científica do próprio campo.

Ao compor essa lógica fragmentadora, ou seja, ao se constituir enquanto “campo”, a “saúde do trabalhador” assume um corte gnosiologista, entrando em contradição com a própria perspectiva teórica que o influenciou na sua origem. Desta maneira, ele precisa definir um objeto de investigação/intervenção que seja seu, hermeticamente acondicionado nos seus limites, para, assim, legitimar-se perante a ciência vigente. Nestes termos, fica suscetível a uma inversão forjada subjetivamente, como se a “questão” (seu objeto) fosse sua propriedade inalienável, alheia a outros campos, uma invenção gnosiológica. Trata-se de uma inversão, pois, como já vimos, é a “questão”, na sua dinamicidade, que demanda o surgimento do “campo”, e não este último que a inventa, define e/ou formula.

Esse tipo de inversão, como argumentamos, tem seu fundamento na nova forma como o homem passa a transformar a natureza, logo, a se relacionar com o mundo. Essa nova forma de produzir conhecimento está em determinação recíproca para com esse modo de produzir o mundo, soerguido a partir do antagonismo entre capital e trabalho. Apesar de outras

formas de conflito e contradições se colocarem como mediações importantes, não podem ser consideradas com sobreposição a esse antagonismo.

Assim, quando se fala em perseguir a construção do "campo", de-ve-se considerar em que consiste, essencialmente, a natureza de um campo e quais são os seus pressupostos. Uma crítica ontológica contínua de suas bases remete ao reconhecimento da virtude de alguns dos conhecimentos e das práticas que propõe (e só nesse prisma que se deve defender o "campo"), mas que implica desconstruí-lo enquanto espaço hermético, rumo à perspectiva da totalidade e confrontando o devaneio gnosiológico da ciência burguesa.

Considerações finais

É preciso destacar a importância do surgimento do "campo da saúde do trabalhador" no bojo do enfrentamento da "questão", no sentido de incorporar algumas demandas postas pela classe trabalhadora. Esse "campo" possui mérito na contestação de particularidades do modo de produção capitalista, sobretudo por revelar a relação deste com o processo saúde-doença dos trabalhadores. Esse mérito se estende aos questionamentos postos ao modelo de atenção à saúde proposto pela medicina do trabalho e saúde ocupacional.

Mesmo sendo tudo isso verdade, constatamos que o "campo", para se legitimar enquanto tal, ou seja, para se inserir na ciência estabelecida e ser reconhecido como campo científico, reproduz a dinâmica geral dessa ciência, com sua estrutura fragmentária. A proposta original de cunho questionador dos teóricos e militantes da "saúde do trabalhador", pouco em pouco, assume ares de campo científico, delimitado, com seu objeto de estudo, seu instrumental teórico-metodológico e seu paradigma. Com isso, a apreensão e transformação da "questão" pelo "campo" sempre é parcelar e insuficiente, para não dizer que, em algumas vezes, mistifica os horizontes possíveis.

Por fim, fica evidenciado que, ontologicamente, a "questão" é objetivamente existente; é dela que se desdobra o surgimento de diversos campos científicos (medicina do trabalho, saúde ocupacional e, também, a própria "saúde do trabalhador"). No entanto, a "questão" não se confina e limita a nenhum campo. Tal condição não impede que os membros do "campo" continuem tensionando o modo de produção capitalista e sua ciência, mas dentro dos limites que essa estrutura científica, da qual faz parte, permite. Por conta disso, vislumbrar uma perspectiva que desconstrua esses limites é fundamental para que seja possível uma abordagem da "questão" tendo em vista a totalidade social, com uma postura radical (no sentido de ir às raízes) e rompendo com o endogenismo da estrutura da ciência burguesa.

Referências

- BERLINGUER, G. *A saúde nas fábricas*. São Paulo: Cebes-Hucitec, 1983.
- BOURDIEU, P. Le capital social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 31, 1978.
- BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 2, 1976.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro, Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.
- MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde pública*, São Paulo, v. 25, 1991.
- MINAYO-GOMEZ, C. Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- MINAYO-GOMEZ, C.; LACAZ, F. A. de C. Saúde do trabalhador: novas velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, 2005.
- MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. da F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 1997.
- SOUZA, D. de O. *Saúde do(s) trabalhador(es): análise ontológica da “questão” e do “campo”*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Uerj, Rio de Janeiro, 2016. No prelo.
- TAMBELLINI, A. T. et al. *Avanços na formulação de uma política nacional de saúde no Brasil: as atividades subordinadas à área das relações produção e saúde*. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES, 1. Rio de Janeiro: Cesteh-ENSP-Fiocruz, 1986. No prelo.
- TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VASCONCELLOS, L. C. F. Entre a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador: as coisas nos seus lugares. In: VASCONCELLOS, L. C. F.; OLIVEIRA, M. H. B. O. (org.). *Saúde, trabalho, direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

DOI: 10.12957/rep.2019.42503

Recebido em 16 de fevereiro de 2019.

Aprovado para publicação em 30 de março de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.